

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2021 FME

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DA 1ª ETAPA DA REFORMA DO GINÁSIO DO COMPLEXO ESPORTIVO DE TIMBÓ, EM PLENA E TOTAL CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, QUANTITATIVOS, ORÇAMENTO ESTIMADO, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E DEMAIS DOCUMENTOS RELACIONADOS, COM PARTE DO PAGAMENTO ATRAVÉS DO CONVÊNIO N. 2019TR000786 (repetição da Tomada de Preços 02/2021 FME)

RECORRENTE:

I. RELATÓRIO

A Fundação Municipal de Esportes – FME (CNPJ n. 86.843.593/0001-07, localizada na Rua Julius Scheidemantel, s/n, Timbó), lançou processo licitatório mediante Edital de Tomada de Preços nº 06/2021 FME, tendo como objetivo a contratação de empresa especializada em obras de engenharia para a execução da 1ª etapa da reforma do ginásio do Complexo Esportivo de Timbó, conforme projetos e demais documentos constantes do termo de referência anexo ao instrumento convocatório.

O edital com todas as regras alusivas ao certame, fora publicado em 29/10/2021, nos meios legalmente exigidos, e previa como data para entrega e abertura dos envelopes a de 19/11/2021, porém, considerando o recebimento de questionamentos e a necessidade de análise de vasta documentação, em 17/11/2021 fora determinada a suspensão da Sessão Pública.

Em 17/02/2022 fora publicado o Aviso de Retificação designando nova Sessão Pública para o dia 08/03/2022 as 9h05min, bem como alterando o valor máximo estabelecido para o certame (de R\$ 1.489.289,58 para R\$ 2.354.659,39); incluída a exigência de apresentação de Certidão Negativa de Falência, Concordata ou Recuperação Judicial.

Demais termos e condições permaneceram inalterados, não havendo qualquer impugnação.

Na data fixada, realizou-se sessão pública para abertura dos envelopes de Habilitação das empresas propensas licitantes. Protocolaram tempestivamente os envelopes de Habilitação e Proposta de Preço as seguintes empresas: METALÚRGICA PISA LTDA (CNPJ nº. 84.232.909/0001-65) e

SERRALHERIA LARGURA FERRO ARTE LTDA (CNPJ nº 06.149.061/0001-00).

Ambas as empresas participantes deixaram de apresentar documentos exigidos à habilitação, assim, considerando a ausência de documentos necessários ao prosseguimento do processo licitatório, a Comissão Permanente de Licitações decidiu pela INABILITAÇÃO das empresas METALÚRGICA PISA LTDA e SERRALHERIA LARGURA FERRO ARTE LTDA.

Diante da inabilitação de todos os participantes, decidiu-se conceder o prazo de 08 (oito) dias para apresentação dos documentos pelas duas empresas participantes do certame, nos termos do art. 48, §3º, da Lei 8.666/93.

Apenas a empresa SERRALHERIA LARGURA FERRO ARTE LTDA apresentou a documentação de habilitação, a qual foi verificada pelos membros da Comissão Permanente de Licitações em 13/04/2022.

Na mesma data, o processo licitatório foi remetido aos competentes setores para análise e parecer, tendo a sessão sido suspensa para análise e julgamento posterior.

Em 22/04/2022, aportaram os pareceres técnico e contábil onde, em suma, apontaram que a empresa SERRALHERIA LARGURA ARTE FERRO LTDA atende a qualificação técnica, porém, não atende a qualificação econômico-financeira posto que o valor do patrimônio líquido apresentado pela empresa em seu balanço patrimonial é inferior ao valor mínimo exigido no Edital, ou seja, é inferior a 10% do valor estimado da obra.

Com fundamento no referido parecer contábil, a Comissão Permanente de Licitações declarou inabilitada a empresa SERRALHERIA LARGURA ARTE FERRO LTDA, visto que não atendeu ao contidos no item 7.4.1 'b' do Edital de Tomada de Preços n. 06/2021 FME, determinando a intimação dos interessados sobre a decisão e abertura dos prazos recursais inerentes.

Em 25/04/2022, a SERRALHERIA LARGURA ARTE FERRO LTDA, apresentou tempestivamente recurso administrativo contra a decisão da comissão, argumentando, em suma, que a inabilitação da empresa pelo não atendimento do item 7.4.1 'b' é equivocado, visto que o Balanço Patrimonial apresentado é de 2020, porém, em 2021 a empresa recorrente teve um acréscimo considerável em seu patrimônio, contando com uma nova sede com terreno de 5.000 metros quadrados e um galpão de 1.600 metros quadrados.

Afirma, ainda, que o patrimônio líquido constante do Balança Patrimonial de 2020 é superior ao valor da proposta de preços apresentada, estando dentro dos limites exigidos.

O recurso apresentado fora objeto de intimação para contraminuta, sendo que apenas a empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP, que não participou do Processo Licitatório em apreço, apresentou manifestação pleiteando a manutenção da decisão de inabilitação da licitante SERRALHERIA LARGURA FERRO ARTE LTDA, vindo, agora, para decisão.

II - É o breve relato dos fatos, passamos a fundamentar nossa decisão:

Prefacialmente, insta esclarecer que o 'recurso/contrarrazões' interposta pela empresa DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA –EPP não preenche os pressupostos da legitimidade recursal a qual é atribuída às empresas participantes do certame, em regra, as empresas licitantes. A condição de terceiro elimina o cabimento do documento apresentado, uma vez que não participou do certame relacionado ao Edital de Tomada de Preços n. 06/2021 FME.

Vistos e examinados os autos do processo, infere-se que pretende a recorrente a revisão da decisão da comissão permanente de licitação que, calcada no parecer contábil, a considerou inapta para seguimento no certame por não atender ao item 7.4.1 'b' do Edital que exigia a comprovação de patrimônio líquido em valor maior ou igual a 10% do valor estimado da obra.

Importante registrar que não há dúvida acerca da possibilidade e legalidade de se exigir índices contábeis para licitações que, como a presente, exigem pela complexidade e valor envolvidos, a demonstração de segurança técnica e contábil para sua realização, tanto assim que além de inexistir impugnações prévias, a celeuma encontra-se na ausência de comprovação do aludido patrimônio líquido por parte da recorrente que, apesar de ter colacionado aos autos do processo licitatório o Balanço Patrimonial de 2020, afirma que no transcorrer de 2021 teve um acréscimo considerável em seu patrimônio, o que demonstraria a saúde financeira da empresa e o cumprimento do item.

Com o devido respeito a idiosincrasia da recorrente, razão não lhe socorre, eis que tenta, agora, em grau de recurso, discutir as regras do edital que, como observado alhures, fora devidamente publicado e, até o momento, não teve nenhum questionamento sobre os índices contábeis e ou técnicos exigidos para a execução da obra.

De acordo com o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993, “a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”. Grifo nosso.

O artigo 41 do mesmo diploma legal dispõe ainda que “a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada”. Grifo nosso.

Ao contrário do que afirma a recorrente, tanto o item 7.4.1 do Edital, quanto o §3º do art.31¹ da Lei 8.666/93 preveem que a demonstração da saúde financeira da participante deve ser demonstrada através da comprovação do Patrimônio Líquido em valor equivalente ao mínimo de 10% sobre o valor estimado da obra/contratação e não sobre o valor da proposta de preços ofertada pela licitante.

Ademais, as fotografias apresentadas pela recorrente não podem ser aceitas como comprovação das alegações recursais. A verificação da ampliação do patrimônio, assim como demais requisitos contábeis previstos no Edital, somente poderiam ser feitos mediante apresentação do Balanço Patrimonial de 2021, o que não foi feito.

Não bastasse isso, não é agora, por força de sua inabilitação, o momento para querer rediscutir os termos do edital, mormente ante ao fato de ser lícita a escolha do percentual adotado pelo edital. Se detinha dúvidas acerca das regras para participação do certame deveria a recorrente ter impugnado seus termos, fato que, ao não fazê-lo, acabou por aceitá-los, sendo injusto, e aí sim, ilegal, considerar a revisão dos termos do edital exclusivamente para atender ao anseio do único concorrente que, exclusivamente por sua inabilitação, resolveu rediscutir as regras editalícias.

A impossibilidade de revisão dos termos do edital legalmente publicado e não impugnado no momento oportuno é fato incontroverso em nossa jurisprudência, donde, *mutatis mutandis*, destacamos a seguinte ementa:

¹ Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a: (...)§ 3º O capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido a que se refere o parágrafo anterior não poderá exceder a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

Ante todo o exposto e atendendo ao princípio da legalidade, impessoalidade, interesse público e vinculação ao instrumento convocatório, e considerando os fundamentos acima apresentados, decide-se **PELO NÃO CONHECIMENTO** das contrarrazões apresentadas pela **DI FATTO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP** e **PELO INDEFERIMENTO DO RECURSO** interposto pela empresa licitante, face ao evidente **DESCUMPRIMENTO DE EXIGÊNCIA PREVISTA NO EDITAL** de Tomada de Preços nº 06/2021 FME, mantendo-se a decisão exarada pela comissão de licitações por **INABILITAR** a empresa **SERRALHERIA LARGURA ARTE FERRO LTDA**, consubstanciada no parecer técnico contábil constante dos autos.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó, 03 de maio de 2022.

MARCIO ELISIO
Diretor Presidente
FME